

Como Prevenir e Combater a Violência contra Crianças e Jovens LGBTI+ e de Género Diverso



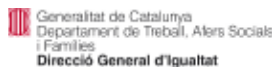
Áreas : Educação, Saúde,
Trabalho com Famílias, Média,
Espaços Públicos e Intervenção
Comunitária



PARCEIROS DO PROJETO



INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



O projeto “Diversidade e Infância: transformar atitudes face à diversidade de género na infância no contexto europeu” é financiado pelo Programa Direitos, Igualdade e Cidadania (2014-2020) da União Europeia sob o acordo nº 856680 (REC-RDAP-GBV-AG-2018-856680).



O conteúdo deste documento representa apenas as visões das autoras, sendo inteiramente da sua responsabilidade. A Comissão Europeia não assume qualquer responsabilidade pelo uso que pode ser feito da informação que este documento contém.

EQUIPA DE INVESTIGAÇÃO EM PORTUGAL

Ana Cristina Santos (Coord.), Mafalda Esteves (Coord.) e Alexandra Santos
Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS EM PORTUGAL

CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; Ministério da Educação; rede ex aequo

AUTORA DO GUIA

Bea Sándor

TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO

Alexandra Santos, Mafalda Esteves e Ana Cristina Santos

DESIGN GRÁFICO

Zsolt S. Szabó

Janeiro 2021



Esta publicação está licenciada sob a Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0).

Diversidade e Infância:
transformar atitudes face
à diversidade de género na
infância no contexto europeu

Índice

0 Introdução **9**

1 Glossário **13**

2 Violência contra crianças e jovens LGBTI+: Definições, tipos e impactos **27**

2.1 Homo-, bi-, trans- e interfobia enquanto violência de gênero **29**

2.2 Violência LGBTI+ na Educação **33**

2.3 Violência do Estado contra crianças intersexo **34**

2.4 Violência na intimidade em casais do mesmo sexo e pessoas trans **36**

2.5 Violência familiar **38**

2.6 Média **39**

2.7 Conclusões: Violência contra crianças e jovens LGBTI+ na experiência cotidiana da prestação de serviços **40**

3 Representatividade inclusiva: a chave para quebrar o silêncio e o silenciamento 45

4 Boas práticas no apoio a crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso 53

4.1 Princípios base para profissionais que trabalham com crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso 58

4.2 Prevenção 59

5 O que podemos começar a fazer ainda hoje? 63

5.1. Medidas afirmativas e de apoio 64

5.2. Todas as pessoas a trabalhar com crianças e jovens podem e devem... 68

6 Recursos e organizações 69

7 Referências bibliográficas 75



A large, stylized red letter 'B' is positioned on the left side of the page, partially overlapping the teal background. The letter is thick and has a rounded, modern appearance. The background is a solid teal color.

Introdução

Este manual foi criado no âmbito do projeto

“Diversidade e Infância: transformar atitudes face à diversidade de género na infância no contexto europeu” (DaC).

Este projeto visa fortalecer processos de consciencialização e de redução de preconceitos, fomentar a luta contra a violência e reforçar o apoio a crianças e jovens¹ LGBTI+ ou de género diverso. O DaC tem também como objetivo fazer um diagnóstico em profundidade de situações de discriminação que vitimam crianças e jovens LGBTI+ em Portugal, propondo, em simultâneo, um pacote formativo e de recursos pedagógicos que serão implementados à escala europeia nas áreas da escola, da saúde, das famílias, dos média e do espaço público. Por último, o projeto DaC sugere a adoção de parâmetros que garantam segurança e bem-estar das crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso nas várias áreas e junto de um conjunto amplo de intervenientes.

Principais áreas profissionais envolvidas:

1. Educação;
2. Saúde;
3. Famílias, Associações de Pais/Mães e Encarregados de Educação e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens;
4. Média, Comunicação Social;
5. Espaços Públicos e de Intervenção Comunitária, tais como agentes das forças de segurança e assistentes sociais.

1 As Nações Unidas definem ‘juventude’, para propósitos estatísticos, como pessoas entre os 14 e os 24 anos. Por definição, crianças são todas as pessoas com menos de 14 anos de idade. No entanto, é importante regressar ao Artigo 1 da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança que define ‘crianças’ como pessoas até à idade de 18 anos: <https://www.un.org/development/desa/youth/>.

É com muito agrado que, ao longo dos últimos meses, conhecemos um número significativo de profissionais das mais diversas áreas que trabalham com crianças e jovens, e que revelaram interesse no projeto Diversidade e Infância. Não obstante, os Relatórios Nacionais produzidos por cada um dos nove países envolvidos reiteram a urgência de inclusão de temas LGBTI+ no currículo e formação de todos/as estes/as profissionais.

É fundamental que o Estado se responsabilize por abordagens positivas e afirmativas no sentido da proteção e bem-estar de todas as crianças e jovens e respetivas famílias, dando informação e disponibilizando formas de apoio e cuidado sempre que necessário.

As crianças e jovens devem ser envolvidas na tarefa de criação de ambientes sociais inclusivos nos quais participem de forma segura. As sociedades em que vivemos precisam respeitar a diversidade e trabalhar ativamente para dar a todas as crianças e jovens a possibilidade de alcançar todo o seu potencial.

Desejamos que este Manual constitua uma importante fonte de informação e capacitação para qualquer pessoa que desenvolva trabalho com crianças e jovens, tendo em conta que a diversidade sexual e de género está sempre presente nas vidas das pessoas de todas as idades com quem nos cruzamos.

Por um mundo mais rico em experiências e mais igual em oportunidades – é o voto da equipa do Projeto Diversidade e Infância em Portugal!





Glossário²

Orientação sexual, género, identidade de género, expressão de género e características sexuais são conceitos frequentemente confundidos entre si. Saber a diferença entre cada um deles é o primeiro passo para uma linguagem que respeite a terminologia adequada relativamente a pessoas LGBTI+, heterossexuais e cisgénero.³

Orientação sexual: A orientação sexual descreve por quem uma pessoa sente interesse romântico e/ou atração física e emocional dependendo do seu género. Inclui atração sexual, envolvimento emocional (por quem uma pessoa se sente atraída), práticas sexuais (o que gosta de fazer na intimidade) e identidade sexual (como uma pessoa descreve a sua sexualidade). Algumas pessoas sentem atração apenas por pessoas de género diferente do seu – heterossexuais. Algumas pessoas sentem-se atraídas por pessoas do mesmo género – homossexuais. Outras pessoas sentem-se atraídas por pessoas do mesmo género e de género diferente - bissexuais. Há ainda quem se sinta atraída por pessoas independentemente do seu género – pansexuais. Para além disso, algumas pessoas não sentem atração sexual por nenhuma pessoa independentemente do seu género ou sentem atração por outras pessoas apenas em situações específicas (por exemplo, depois de as conhecerem muito bem e de serem amigas durante algum tempo). Essas pessoas são designadas assexuais e demisssexuais. A sexualidade pertence à esfera pessoal íntima de

3 <https://www.rea.pt/brochura-perguntas/>

cada um/a, não existindo uma única forma de ser, nem uma forma certa ou errada, desde que o consentimento informado seja assegurado.

Gênero: refere-se à percepção e experiência das pessoas sobre masculinidade e feminilidade, e à construção social que atribui certos comportamentos a papéis masculinos e femininos. Embora o gênero possa ser internalizado e hoje em dia seja amplamente reconhecido como estando separado do sexo biológico, historicamente não tem sido uma decisão individual, mas sim uma identidade prescrita com base no sexo atribuído à nascença. A base da construção é uma categorização marcadamente hierárquica em que papéis e traços característicos que podem estar vinculados ao poder são associados ao gênero masculino. Embora o conceito de gênero tradicionalmente se refira a papéis de gênero dentro de um sistema binário (masculino / feminino), o conceito de gênero também inclui expressões / identidades de gênero não binárias.

LGBTI+: A sigla LGBTI+ refere-se a todas as pessoas que não se identificam como heterossexuais ou cisgênero. Nomeadamente lésbica, gay, bissexual, trans e intersexo. O sinal “mais” no final da sigla indica que existem ainda outras identidades e sexualidades, como, por exemplo, assexual, não binária, de gênero diverso ou fluído, pessoa queer. Ainda assim, o sinal “mais” acaba por representar apenas identidades específicas, contribuindo a invisibilização de outras. Por isso é preciso manter sempre um diálogo aberto para que possamos cada vez mais celebrar a diversidade.

Termos relacionados com a **orientação sexual** são:

Lésbica: Lésbica é uma mulher que sente interesse romântico e/ou atração física e emocional por outras mulheres.

Gay: Gay é um homem que sente interesse romântico e/ou atração física e emocional por outros homens. Pode ser também um termo usado de forma genérica para descrever pessoas que sentem atração por pessoas do mesmo gênero.

Bissexual/Pansexual: pessoa que se sente atraída por dois ou mais gêneros. O termo Pansexual é utilizado para designar pessoas que se sentem atraídas por todos os gêneros ou por pessoas independentemente do seu gênero. A orientação sexual pansexual admite a existência de gêneros além do binário, assumindo também a possibilidade da fluidez de gênero. No entanto, tal não implica que o termo bissexual não englobe estas identidades. A interpretação destas definições é pessoal; a autoidentificação e identificação com estes termos varia de pessoa para pessoa, de acordo com a sua experiência.

Assexual: pessoa que sente pouca ou nenhuma atração por outras pessoas e não demonstra interesse em manter relações sexuais. Pode ou não sentir atração física, emocional, romântica por outras pessoas. A assexualidade é diferente de celibato, sendo que é uma orientação sexual e não uma escolha. Por isso é tão válida como outra orientação sexual, não correspondendo a qualquer patologia.

Termos relacionados com **identidade de gênero**, muitas vezes referida como o T da sigla LGBTI+:

Identidade de gênero: é o que a pessoa sente relativamente ao seu gênero (quem cada pessoa sente ser em relação ao seu gênero) feminino, masculino ou outro. A identidade de gênero de uma pessoa pode não corresponder ao sexo que lhe foi atribuído à nascença. O gênero é construído culturalmente, ou seja, é um conjunto de características, comportamentos, atitudes e atividades que a sociedade espera e impõe a cada pessoa devido ao seu sexo. Por isso, pessoas que são lidas socialmente como homens nem sempre se identificam como tal; ou pessoas que são lidas como mulheres nem sempre se autoidentificam enquanto mulheres. Mais uma vez, importa respeitar a autodeterminação e a autoidentificação.

Transgênero/Cisgênero: Transgênero (ou trans) é usado como um termo guarda-chuva (ou seja que inclui várias coisas/pessoas/definições) para pessoas cuja identidade de gênero é diferente do sexo que lhes foi atribuído

à nascença. O termo trans inclui uma variedade ampla de identidades e expressões de género. **Cisgénero** descreve pessoas para quem a sua experiência de género está alinhada com o sexo que lhes foi atribuído à nascença. O prefixo cis em latim significa “do mesmo lado”. Cisgénero é uma palavra importante porque nomeia a experiência dominante ou da maioria sem que esta seja o padrão.

Transsexual: é um termo médico que, em 1850, foi criado para nomear pessoas que desejam que o seu corpo/genitália corresponda à sua identidade de género, mudando assim o seu corpo através de hormonas e/ou cirurgias através do diagnóstico de disforia de género. Esta terminologia tem uma origem médica e patologizante das identidades trans não tendo em conta a multiplicidade das pessoas e dos seus processos de transição por isso é importante ser substituída por trans ou transgénero.

Transição: processo em que uma pessoa trans passa a apresentar-se (verbalmente, fisicamente, entre outros) de acordo com a sua identidade de género. Esta transição pode ser acompanhada de processos médicos, sociais e legais como por exemplo: mudança de nome, mudança de documentos oficiais, tratamentos hormonais, cirurgias, ou outros. É importante respeitar as necessidades de quem está neste processo e entender que cada pessoa tem necessidades diferentes. Ainda são poucos os países no mundo que permitem oficialmente estas mudanças perante a lei⁴ e muitos são os países que ainda criminalizam alguns ou todos estes processos.

4 Em Portugal temos desde 2018 a Lei de Direito à Autodeterminação da Identidade de Género e Expressão de Género e à Proteção das Características Sexuais de Cada Pessoa, lei n.º 38/2018: <https://dre.pt/pesquisa/-/search/115933863/details/>. Esta lei corresponde a uma atualização, com melhorias, da primeira lei de autodeterminação de género em Portugal datada de 2011.

Cirurgia de redesignação de género: há pessoas trans que decidem mudar o seu corpo para que este esteja em harmonia com a sua identidade de género. Ou seja, para que o corpo corresponda à identidade e expressão de género com que a pessoa se identifica. Algumas pessoas entendem não ser necessário fazer cirurgias, mas para outras é crucial fazer uma “cirurgia de redesignação de género”. Estas intervenções podem incluir cirurgias ao peito, e/ou genitais, assim como outras transformações corporais como lipoaspirações, modulação de voz. Muitas vezes estas cirurgias não são reversíveis; no entanto, podem mudar a vida de uma pessoa dando-lhe mais qualidade de vida e saúde. Independentemente de fazer ou não cirurgia, a autoidentificação enquanto pessoa trans deve ser sempre respeitada

Para além desta realidade, muitas pessoas definem-se fora do binarismo de género: homem/mulher; /masculino/feminino.

Género não binário/Género diverso: o termo “género não binário” (ou género diverso) é usado para descrever identidades de género que não são exclusivamente masculinas ou femininas e/ou que não se enquadram no binarismo de género masculino-feminino. Exemplos incluem pessoas agénero (sem género), andrógenas (entre géneros), bigénero (que têm dois géneros), género queer (um termo inclusivo para todas as identidades não binárias), género fluído (que não têm um género definido e este pode variar) e terceiro género (não está definido pelas opções de género binário). Algumas pessoas não binárias identificam-se como trans (pessoas que não se identificam com o sexo que lhes foi atribuído à nascença).

Pode ser necessário perguntar a uma pessoa não binária (de género diverso) o que significa ser-se quem ela é, pois a sua identidade pode não se encontrar definida por nenhuma destas palavras.



Queer: é um termo que procura ser inclusivo e unificador de identidades, pessoas, comunidades, movimentos, teorias e ações que questionam a heterossexualidade compulsória e as normas e valores patriarcais e binários. Queer é também uma forma de reconhecer/nomear políticas que têm em conta a interligação entre todas as formas de opressão (através da raça, da classe, do género, etc.). Dependendo do contexto, queer pode ser usado enquanto nome, verbo ou adjetivo. Uma pessoa queer é uma pessoa que se identifica com a possibilidade de questionar o que a sociedade define como normal ou natural e se posiciona muitas vezes contra o binarismo de género – meninas para um lado, meninos para o outro – e contra o modo como estas normas nos são impostas.

Expressão de género: é a forma como uma pessoa se expressa publicamente através de roupas, penteado, linguagem corporal, escolha de nome, pronomes que prefere, entre outras coisas. Por vezes as pessoas acham que a expressão de género corresponde automaticamente a um determinado género, mas a verdade é que não podemos saber o género de uma pessoa ou adivinhar a sua sexualidade com toda a certeza pela sua aparência.

Sexo biológico: sistema de classificação tendo como base características genótípicas ou fenótípicas de um indivíduo. Os indivíduos podem ser classificados, geralmente, como sendo do sexo masculino, feminino ou intersexo. Existem diversos fatores que contribuem para a classificação do sexo biológico de uma pessoa: cromossomas (XY, XX, ou outras combinações), genitais, gónadas (presença de testículos, ovários ou ovotestis), hormonas (testosterona, estrogénios), entre outros.

Sexo atribuído à nascença: expressão em que se assume a genitália como primeira forma de reconhecimento de sexo legal binário que profissionais de saúde atribuem aos bebés à nascença, ou ainda na barriga da pessoa grávida através de ecografia, não considerando os restantes componentes da biologia sexual humana. Este é muitas vezes associado a um género que também é consequentemente atribuído no momento que se tem conhecimento desta genitália. O sexo atribuído à nascença influencia a maneira como a criança é

educada e inserida na sociedade. No entanto, o sexo atribuído à nascença não define a futura identidade de género, que é autodeterminada pela pessoa, nem a sua expressão de género.

Características sexuais: refere-se a traços físicos relativos ao sexo de uma pessoa. Incluem órgãos reprodutivos, genitais, cromossomas, hormonas e características secundárias, tais como distribuição e quantidade de pelo no corpo e massa muscular.

Intersexo: é um termo guarda-chuva que inclui experiências variadas de pessoas cujos corpos com que nasceram não correspondem às classificações típicas de masculino e/ou feminino. Descreve a multiplicidade de corpos e características sexuais que não encaixam na definição tradicional de sexo masculino ou feminino. Esta variedade é normal e saudável. Dependendo das especificidades e circunstâncias da vida de cada pessoa, os corpos intersexo podem tornar-se visíveis ou reconhecidamente intersexo durante a sua vida (à nascença, durante a infância, na adolescência ou até na idade adulta). Algumas pessoas intersexo podem não saber que são intersexo, uma vez que esta variedade pode não ser visível.

Heteronormatividade / heterossexismo / cisnormatividade / cissexismo: são normas sociais dominantes que assumem que todas as pessoas são heterossexuais e cisgénero, convertendo-o, por isso, naquilo que é assumido como “normal” e “natural”. Pressupõem que não existem outras possibilidades de orientações sexuais e identidades de género. Isto implica que orientações sexuais e identidades de género fora destas normas sejam vistas como “anormais” ou “anti-naturais”. É por causa destes pressupostos que muitas pessoas LGBTI+ passam por processos de “saída do armário”.

Sair do armário: é o processo de entender, aceitar e revelar para si enquanto pessoa lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo. O conceito só pode ser entendido enquanto resposta à cis- e heteronormatividade dominantes, dado que as pessoas heterossexuais e cisgénero não têm de passar por este processo.

A regra social tácita é a de que todas as pessoas são cisgênero e heterossexuais até prova em contrário. Este pressuposto está errado e está na gênese da discriminação. Como consequência, sair do armário não acontece apenas uma vez, mas sim reiteradamente ao longo da vida de pessoas LGBTI+ (por exemplo, junto de família, amigos, colegas de escola e/ou trabalho, em consultas de medicina familiar, etc.).

Discriminação: também é causada pelo hetero- e cis-sexismo. Usamos este termo para nos referirmos a tratamento desigual ou injusto a qualquer pessoa com base (mas não apenas) nos seguintes motivos: classe social, idade, etnia, nível de capacidade física e/ou mental, orientação sexual, expressão ou identidade de gênero e características sociais. Diferentes tipos de discriminação podem incluir:

- *Discriminação direta:* quando uma pessoa é tratada de forma injusta do que outra derivado à sua orientação sexual, expressão ou identidade de gênero e características sociais. Ex.: Não ser contratada para um determinado trabalho ou emprego.
- *Discriminação indireta:* quando uma prática, situação, atitude naturalizada/normalizada/standardizada deixa pessoas em desvantagem por razões da sua orientação sexual, expressão ou identidade de gênero e características sociais.
- *Múltipla discriminação:* discriminação baseada em mais do que um motivo. Ex.: mulher, negra com deficiência.

Homofobia/Bifobia: é um conjunto de sentimentos, atitudes e ações negativas que têm como alvo pessoas homossexuais e/ou bissexuais ou pessoas que são percebidas como homossexuais/bissexuais.

Transfobia: é um conjunto de sentimentos, atitudes e ações negativas que têm como alvo pessoas trans ou pessoas que são percebidas (que as pessoas acham que são) como trans. A transfobia afeta também pessoas com expressões de gênero que não cumprem as normas de gênero dominantes.

Interfobia: é um conjunto de sentimentos, atitudes e ações negativas que têm como alvo pessoas intersexo ou pessoas que são percecionadas como (que as pessoas acham que têm) características sexuais que não são tipicamente femininas ou masculinas.

LGBTIfobia: é um conjunto de sentimentos, atitudes e ações negativas que têm como alvo pessoas LGBTI+. A heterossexualidade é promovida como a única orientação sexual aceite socialmente; de forma semelhante, os géneros aceites socialmente são aqueles que são atribuídos à nascença dentro de um sistema binário. Estes pressupostos criam uma hierarquia de sexualidades e desigualdade de género que gera preconceito, ódio, discriminação e violência em relação ao que é diferente do que está estabelecido enquanto padrão. Apesar de fazerem parte do mesmo fenómeno, é importante distinguir cada uma destas formas de discriminação, já que podem apresentar diferentes manifestações e intensidades.

Assédio⁵: qualquer ato ou conduta que é indesejada (ofensiva, humilhante e/ou intimidatória) para a vítima que, em relação a pessoas LGBTI+, se baseia na sua orientação sexual identidade/expressão de género ou características sexuais. Pode incluir palavras, gestos/atos ou a criação, exibição e/ou distribuição de discurso de ódio, imagens, vídeos ou outros materiais. Pode acontecer uma vez ou repetidamente. Assédio a pessoas LGBTI+ pode incluir também ameaças ao bem-estar físico, intimidação, abuso verbal, comentários depreciativos e/ou piadas relacionadas com orientação sexual, identidade ou expressão de género e características sexuais.

Crimes de ódio: crimes que vítimas ou pessoas que o testemunhem entendem decorrer de uma hostilidade ou preconceito baseado na raça/etnia (ou perceção acerca da raça/etnia de uma pessoa); religião (ou perceção acerca de); orientação sexual (ou perceção acerca de); deficiência (ou perceção acerca

5 Para aprofundar conhecimento: https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/1226-Factsheet-homophobia-hate-speech-crime_PT.pdf .

de); identidade de género (ou percepção acerca de). Um incidente de ódio é todo aquele que acontece com base em preconceito e discriminação: por exemplo, abuso verbal, ameaças e comentários depreciativos, incitamento ao ódio, discurso de ódio presencial ou online. Nem todos os incidentes de ódio são considerados crime. No entanto, é importante que continuem a ser reportados e denunciados, seja a forças de segurança, seja a instituições de apoio à vítima ou outras.⁶

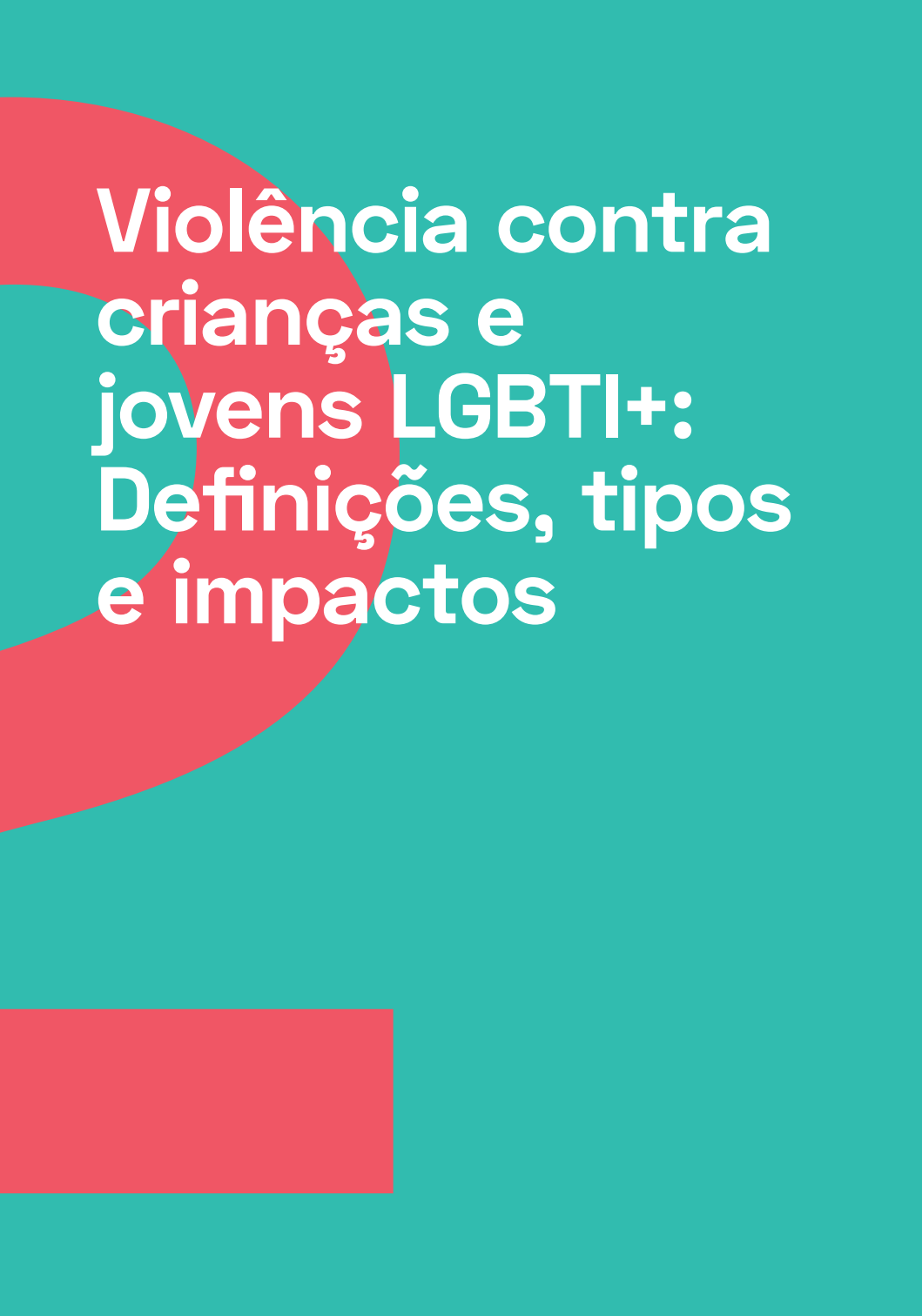
Vitimização: processo em que uma ou mais pessoas é colocada no lugar de vítima devido ao sofrimento causado pela pessoa que a vitimiza. No caso de pessoas LGBTI+, por razões de orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.

Vitimização secundária ou revitimização: acontece quando a violência é reiterada e continuada a nível estatal, das instituições ou através de pessoas prestadoras de serviços. Nestes casos a vítima sofre violência continuamente, não como resultado direto do ato de violência de que foi alvo, mas devido à forma como as instituições e outras pessoas lidam com a vítima. Pode ser causada por uso de linguagem inapropriada, desacreditização, comentários insensíveis, entre outros.

6 Projetos aplicados em Portugal para a denúncia de discurso e crimes de ódio: <http://www.odionao.com.pt/observatorio.aspx> ; <https://uni-form.eu/welcome?country=PT&locale=pt> ; <https://safetobe.eu/pt/> ; <https://www.apav.pt/cibercrime/index.php/fui-vitima> .







Violência contra crianças e jovens LGBTI+: Definições, tipos e impactos

discriminação, assédio, abuso, violência, stress, micro-agressões, crimes de ódio, discursos de ódio, violência na intimidade, silenciamento, sub-representação, invisibilização, falta de informação, desinformação, patologização

inclusão, diversidade, prevenção de violência, profissionais sensibilizadas/os, psicologia afirmativa, trabalho comunitário para a redução de danos, sensibilização, acompanhamento, políticas de prevenção, políticas contra o assédio

Este capítulo procura trazer uma visão geral acerca de formas de violência vividas por crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso na nossa sociedade.

2.1 Homo-, bi-, trans- e interfobia enquanto violência de género

Homofobia, bifobia, transfobia e interfobia são geralmente consideradas como estando assentes em preconceitos, ignorância, falta de informação, estereótipos ou medo justificado por questões religiosas, históricas e culturais. Os preconceitos, assim como as estruturas sociais de poder (a forma como as sociedades dividem pessoas em grupos, tais como homens e mulheres, cis e trans, numa hierarquia de forma a que determinados grupos tenham mais privilégios e outros continuem oprimidos), são frequentemente aprendidos na família de origem ou através de outros contextos sociais. Preconceitos e estereótipos são muitas vezes mantidos e reiterados em contextos educacionais ou mesmo através de políticas públicas, aprofundando as desigualdades e o tratamento injusto para com pessoas LGBTI+.

Concomitantemente a outras formas de violência de género, também a violência contra pessoas LGBTI+ resulta de expectativas de género hetero- e cisnormativas. Em todas as sociedades e comunidades são criadas normas e expectativas sociais acerca do que são os papéis e os comportamentos de género aceitáveis.

Por isso, quem transgride ou não cumpre estas normas pode tornar-se alvo de ataques verbais ou físicos:

- **Mulheres lésbicas (bissexuais ou pansexuais)** são mulheres que transgridem a normas de género feminino por sentirem atração física, psicológica, emocional por outras mulheres.
- **Homens gay (bissexuais ou pansexuais)** são homens que questionam normas de género masculino por sentirem atração física, psicológica, emocional por outros homens.
- Algumas pessoas transgridem as normas de género porque a sua **expressão de género** não corresponde a regras dominantes de masculinidade/feminilidade (ex.: pessoas lidas como homens que têm expressões de género consideradas femininas ou pessoas lidas como mulheres que têm expressões de género consideradas masculinas).
- Algumas mulheres são vistas como **transgressoras das regras da feminilidade** quando exigem igualdade de direitos e de tratamento (ex.: na família, trabalho, vida pública).
- Pessoas **trans** desafiam as normas de género vigente ao opor-se/posicionarem-se contra a ideia de que o sexo é atribuído à nascença e é baseado apenas na genitália da pessoa.
- Pessoas **não binárias e/ou trans** transgridem normas de género por se identificarem para além do que é culturalmente aceite enquanto possibilidades de género (masculino/feminino).
- Pessoas **intersexo**, por terem corpos atípicos ao binarismo de sexo (masculino e feminino), transgridem a norma que diz que existem apenas dois sexos distintos e revelam que este também é um conceito construído culturalmente. As práticas médicas em corpos de crianças intersexo sem

consentimento e muitas vezes sem conhecimento das famílias é uma prática que torna visível o perigo e a violência da obrigatoriedade de normas binárias de gênero.

Crianças e jovens LGBTI+ e de gênero diverso também são afetadas pela violência de gênero: são alvo de discriminação por desafiarem e desestabilizarem as normas de gênero (e estruturas de poder) das sociedades ou comunidades em que vivem.

O impacto da violência baseada no preconceito contra crianças e jovens LGBTI+

As vítimas de maus tratos, discriminação e crimes motivados pelo preconceito, independentemente da sua idade, têm maior probabilidade de experienciar preocupações acerca da sua segurança, depressão, ansiedade e raiva do que as vítimas de crimes que não têm esta motivação. Quando nas escolas acontecem crimes de ódio, violência e *bullying* motivados por preconceito anti-LGBTI+, a mensagem perpetuada por estes atos é a de que este grupo não é bem-vindo e não está em segurança na sociedade em geral, vitimizando todas as pessoas que possam ser alvo deste preconceito e diminuindo sentimentos de proteção e segurança. Para além disso, ser testemunha de atos de discriminação contra pessoas de um determinado grupo pode levar a falta de saúde mental e baixa auto-estima.⁷

Crimes de ódio, assédio, violência e *bullying* motivados por preconceitos de gênero, mas não só, têm o potencial para criar danos e angústia tanto a nível individual como coletivo e comunitário. Apesar das reações a experiências traumáticas serem individuais, podem ser agrupadas em diversas categorias.

7 Out In the Open: Education sector responses to violence based on sexual orientation and gender identity/expression. UNESCO, 2016, p. 11.

Na maioria dos casos as reações das pessoas afetadas por esta discriminação inserem-se em combinações das seguintes categorias:

Reações Emocionais: medo, vergonha, ansiedade, desamparo, insegurança, tristeza, perda de controlo, culpa, desconfiança nas outras pessoas, hipersensibilidade, mudanças de humor constantes, reações emocionais intensas;

Reações físicas: tonturas, distúrbios psicomotores, dores de cabeça, palpitações, pressão arterial alta, baixo teor de açúcar no sangue, problemas do sistema digestivo, hiperexcitação, dificuldades na fala, dificuldade em respirar, choque;

Reações comportamentais: silêncio, reticência, recusa na comunicação, isolamento, ansiedade social, choro, agressividade, abuso de álcool e outras drogas, auto-mutilação;

Reações cognitivas: desorientação, confusão, dificuldades de concentração, dificuldades de expressão, problemas de memória;

Discursos de “ideologia de género” e ataques à disciplina de Cidadania e Desenvolvimento: baseados em acusações de pessoas conservadoras e grupos religiosos que acusam organizações e ativistas LGBTI+ de atacar os valores tradicionais e “naturais” da sociedade de forma a acabar com momentos e espaços de diálogo/aprendizagem sobre sexualidade, género e diversidade corporal, assim como com a presença de pessoas visivelmente LGBTI+ nas escolas. Estes discursos contribuem para a manutenção da violência contra crianças e jovens LGBTI+.

2.2 Violência LGBTI+ na Educação

A violência em meio escolar, o lugar onde crianças e jovens passam a maior parte do seu tempo, é um problema global. Estudos disponíveis⁸ demonstram que:

- Um elevado número de estudantes LGBTI+ experiencia violência homo-, bi- e transfóbica em ambiente escolar;
- As pessoas LGBTI+ reportam maior prevalência da violência na escola do que os seus pares não LGBTI+;
- Pessoas que são percebidas como LGBTI+ por não respeitarem normas de género também são alvo de violência;
- Homo-, bi-, transfobia vivida em contexto escolar afeta crianças e jovens no seu percurso escolar, mas também mais tarde na progressão de carreira e no bem-estar ao longo da vida.

Homo-, bi- e transfobia pode ocorrer em diferentes espaços educacionais (e não educacionais): dentro do recinto da escola, nas proximidades da escola, nos dormitórios/ residências de estudantes ou em atividades escolares, tais como visitas de estudo, no caminho de e para a escola, em atividades extracurriculares e desportivas, online, etc.



‘No papel, as políticas têm de ter tolerância zero relativamente a qualquer tipo de violência, mas será que isso pode ser posto em prática? Basta que uma ou duas pessoas ajam em conformidade com a lei, para que 500 crianças sejam afetadas de forma positiva!’ (ESLOVÉNIA, PSICÓLOGA/O NUMA ESCOLA PRIMÁRIA).⁹

8 Out in the Open: Education sector responses to violence based on sexual orientation and gender identity/expression. UNESCO, 2016, p. 14. Em Portugal a associação rede ex aequo apresentou o Relatório do Projeto Educação com dados do ano de 2019.

9 Citações dos relatórios nacionais do projeto Diversity and Childhood (DaC) - Changing social attitudes towards gender diversity in children across Europe (Comparative Analysis on Violence against LGBTI and Gender Non-Conforming Children), 2020.

Violência com base em preconceito e discriminação impacta a vida de crianças e jovens LGBTI+ de várias formas. As vítimas de *bullying* têm mais probabilidade de faltar às aulas, evitar a escola e outras atividades sociais, o que muitas vezes conduz ao baixo rendimento e ao abandono escolar.

As desigualdades e preconceitos baseados no gênero e sexualidade são extremamente difíceis para pessoas trans que estão em grande risco por transgredirem normas e papéis de gênero.

2.3 Violência do Estado contra crianças intersexo ¹⁰

‘Num mundo em que a esmagadora maioria das pessoas e Estados apenas aceita dois sexos (‘masculino’ e ‘feminino’), a existência de pessoas intersexo e os seus corpos, não são reconhecidos. Pelo contrário, corpos de pessoas intersexo são vistos como um ‘problema médico’ e uma ‘emergência psicossocial’ que precisa ser reparada através de cirurgias, hormonas e outros procedimentos médicos, e, por vezes, meios psicológicos’ escreve Dan Christiona Ghattas.¹¹

Na maioria dos países europeus, pessoas intersexo são patologizadas e os seus direitos humanos violados. Tanto durante a infância como durante a adolescência e idade adulta, enfrentam ataques à sua integridade física, incluindo intervenções médicas tais como, cirurgias e ou tratamentos sem o seu conhecimento e consentimento informado. Estas violações podem causar traumas psicológicos, assim como danos físicos variados desde infertilidade, tecido cicatrizado que pode causar dor ou falta de sensibilidade, até osteoporose e problemas relacionados com útero e/ou uretra.

10 Guia: Apoiar a sua criança intersexo, 2018, IGLYO, OII Europe & EPA - https://oiieurope.org/wp-content/uploads/2018/10/Parents_Toolkit_Intersex_PORT_ES_WEB.pdf

11 *Standing up for the rights of intersex people*, 2015, ILGA Europe and OII Europe



'As pessoas intersexo aprenderam a manter-se em silêncio.'

(ESPANHA, ENFERMEIRA)

As crianças intersexo correm o risco de instabilidade familiar devido ao tabu, à medicalização e à ausência de acompanhamento devido. Enfrentam também risco acrescido de abandono escolar devido aos efeitos dos tratamentos médicos e do *bullying*. Qualquer que seja a sua idade, as pessoas intersexo podem enfrentar estigma, discriminação estrutural e verbal, e assédio devido às características sexuais, ausência de cuidado médico adequado, falta de acesso à medicação necessária, ausência de reconhecimento jurídico e invisibilidade social dos seus corpos.

As organizações intersexo¹² e pessoas que apoiam os direitos de pessoas intersexo exigem o fim de cirurgias de mutilação, 'normalização' e de práticas sem consenso como cirurgias genitais, intervenções psicológicas e outros tratamentos médicos, assim como discriminação na legislação e políticas sociais contra estas pessoas e os seus corpos. Em Portugal, as cirurgias em bebés intersexo estão proibidas desde 2018, exceto em situações de risco agravado. As pessoas intersexo precisam de estar capacitadas de modo a tomar decisões informadas sobre a sua integridade corporal, autonomia física e autodeterminação.

12 Em Portugal a Transmissão (<https://transmissao.pt/wp/>) e a API - Ação pela identidade (<https://www.facebook.com/apidentidade>) mas também a rede ex aequo (www.rea.pt), a Amplos (www.amplos.pt), a Casa Qui (www.casa-qui.pt) a ILGA PORTUGAL (www.ilga-portugal.pt), a Associação Plano I (www.amplos.pt) apoiam crianças e pessoas intersexo.

2.4 Violência na intimidade em casais do mesmo sexo e pessoas trans

Foi o movimento de mulheres que chamou à atenção para as questões de violência doméstica e na intimidade por parte de familiares, cônjuges e outras pessoas do agregado familiar. Mais recentemente, em Portugal, vítimas de violência doméstica viram reforçadas estruturas de acolhimento e proteção¹³, sendo que desde 2007 a violência doméstica entre casais do mesmo sexo e pessoa trans consta do debate público e é alvo de campanhas e políticas públicas específicas. Reconhece-se, assim, que estes grupos passam por questões diferenciadas que precisam de respostas adequadas, ao mesmo tempo que se reconhece também a falta de formação de profissionais nestas áreas.¹⁴

Crianças e jovens estão ainda mais vulneráveis e desprotegidos em relações de abuso e/ou violência enfrentando barreiras maiores como consequência do medo de sair do armário para as pessoas mais próximas, incluindo a família.

13 A Reajo em Lisboa desde 2019 - <https://www.casa-qui.pt/index.php/servicos/apartamento> e a Casa Arco Íris no Porto desde 2018 - <https://www.associacaoplanoi.org/casa-arco-iris/> e associações como a ILGA Portugal, a Associação Plano I e a Casa Qui mantém uma linha de apoio para vítimas LGBTI+.

14 Em 2008 a APAV lançou uma campanha: "Grite pelos seus direitos" com esta temática - <https://apav.pt/lgbt/> e em 2016, a CIG lançou um Guia de Boas Práticas no Apoio a pessoas LGBT, para profissionais de estruturas de apoio à vítima: https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/03/Violencia-domestica_boas-pr%C3%A1ticas-no-apoio-a-v%C3%ADtimas-LGBT-Guia-para-profissionais-de-estruturas-de-apoio-a-v%C3%ADtimas.pdf

Pessoas LGBTI+ (incluindo jovens) relatam as seguintes formas de violência quando falam das suas relações íntimas¹⁵:

- Ciúmes e acusações de infidelidade (muitas vezes seguidas de violência);
- Controlo constante (por telefone, mensagem de texto);
- Violência física: empurrar, bater, apertar;
- Promoção do isolamento (da família e pessoas amigas);
- Chantagem (ex.: ameaças de revelação de homossexualidade a familiares /transexualidade no local de trabalho);
- Assédio (durante a relação ou após a separação);
- Violência sexual (ex.: forçar relações sexuais sem consentimento);
- Violência no namoro (comportamentos violentos ou ameaças de violência no início ou durante a relação);
- Violência psicológica (ex.: para a mudança de comportamento, expressão de género ou forma de vestir);
- Discussões violentas (por exemplo, partir ou arremessar objetos).

Como em qualquer relação de intimidade violenta, existe necessidade de controlo do outro. Este controlo leva muitas vezes a comportamentos violentos, de coerção, ameaça ou castigo quando há resistência a esse mesmo controlo. Quem comete violência quer satisfazer as suas próprias necessidades e desejos, sem ter em consideração a/as outra/as pessoa/as na

15 Dados retirados do Estudo Europeu - Bleeding Love: ([www.bleedinglove.eu](http://www.bleedinglove.eu/wp-content/uploads/2015/10/opuscolo-bleeding-love-PORTOGALLO_ok.pdf)): http://www.bleedinglove.eu/wp-content/uploads/2015/10/opuscolo-bleeding-love-PORTOGALLO_ok.pdf

relação; repetem comportamentos violentos seguindo padrões muitas vezes reiterados pelo sentido de impunidade. A homo-, bi-, trans- e/ou interfobia é muitas vezes desculpada na sociedade em geral, passando despercebida e/ou com impunidade. Muitas pessoas afetadas por violência estão isoladas, e não conseguem ou não podem pedir ajuda à sua família, a pessoas amigas, a serviços de apoio ou autoridades de segurança pública¹⁶.

2.5 Violência familiar

Crianças e jovens LGBTI+ podem também experienciar violência familiar, em particular por parte da família nuclear (mães, pais), mas também por parte da família alargada. Enquanto o abuso por parte da família nuclear pode incluir abuso físico, emocional e verbal, as crianças e jovens referem muitas vezes o abuso social (controlo, isolamento de ‘más influências’ ou de pessoas que apoiam - ex.: pessoas amigas) e ficam sem ter a quem recorrer.

Estudos demonstram que existe um número desproporcional de juventude LGBTI+ sem-abrigo ou que vive sem acesso a uma residência permanente, encontrando-se em situação de grande vulnerabilidade habitacional. Este é um resultado da hostilidade e abuso que sofrem por parte das suas famílias, o que conduz a que sejam expulsas de casa ou fujam. Para além disto, jovens LGBTI+ e de género diverso sem-abrigo encontram-se em maior risco de abuso de drogas, serem vítimas de crime e falta de saúde mental (por exemplo, por causa da rejeição da família e comunidade).¹⁷

16 Ver no glossário vitimização secundária e revitimização. Ver também a campanha seguinte: <https://www.publico.pt/2020/04/20/p3/video/mesmo-confinamento-violencia-domestica-nao-tem-ficar-quatro-paredes-20200420-142335>

17 *Homeless in Europe*. The Magazine of FEANTSA. Outono 2017, LGBTQI Homelessness. https://www.feantsa.org/download/fea-008-17-magazine_v33480239002912617830.pdf
Ver, por exemplo, Disclosure da Netflix e Transhood da HBO.

Profissionais de várias áreas devem ter um entendimento aprofundado acerca das necessidades específicas, fatores de risco e desafios da juventude LGBTI+ em situação de sem-abrigo de forma a construir, promover e oferecer serviços melhores e mais adequados a esta população.



‘O medo de ser expulsa/e/o da sua própria casa é muito comum [para a juventude LGBTI+]’ (POLÓNIA, PARTICIPANTE NO PROJETO DAC)

2.6 Média

Historicamente, a forma como as pessoas e comunidades LGBTI+ são representadas nos média são negativas, refletem intolerância e estereótipos. Ainda assim, em anos recentes nota-se um aumento da visibilidade e representatividade de pessoas e personagens LGBTI+ nos média, particularmente nos EUA e no Canadá.

Pessoas e comunidades LGBTI+ estão proativamente a tornar-se visíveis e a ocupar espaços de destaque, principalmente através das redes sociais, com o objetivo de mudar as narrativas, mas também para alcançar uma visibilidade mais afirmativa e positiva em espaços mediáticos. A representação positiva e o aumento da presença de pessoas e organizações LGBTI+ nos média tem sido essencial para uma maior aceitação e apoio a comunidades LGBTI+, sendo também muito relevante para a divulgação de informação adequada acerca das questões associadas a esta população.

Ainda há muito a fazer para alcançar-se uma representatividade de pessoas LGBTI+ e de género diverso para que as crianças e jovens que se identifiquem ou expressem fora das normas e papéis de género possam fazê-lo em segurança, de forma afirmativa e com a informação adequada.



‘Todos esses preconceitos também estão entre nós, existe muito preconceito e, portanto, há muito trabalho a ser feito em termos de formação para desconstruir as coisas.’ (PORTUGAL, JORNALISTA)

2.7 Conclusões: Violência contra crianças e jovens LGBTI+ na experiência cotidiana da prestação de serviços

Com base nos resultados do 1º Inquérito Europeu Diversidade e Infância realizado em todos os países do projeto Diversity and Childhood em 2020, é reportada uma grande extensão e variedade de casos de violência contra jovens e crianças LGBTI+, de tal modo que nenhuma área se encontra imune, seja nas relações de intimidade ou contextos familiares, na rua ou espaços públicos, na educação ou na saúde.

Muitos direitos fundamentais de pessoas que procuram estes serviços são violados, em particular de pessoas trans e intersexo, negras, ciganas, imigrantes e/ou com deficiência. Trata-se de pessoas que, tendencialmente, experienciam violência cotidiana e que, por essa mesma razão, menos procuram ajuda nos serviços disponíveis. Este fenómeno de naturalização da violência leva à individualização das dificuldades: algumas consequências das estruturas sociais são vistas como problemas individuais (por exemplo, doença mental), e desta forma permanecem invisíveis a quem presta serviços.

Para além disso, as pessoas LGBTI+ estão dessensibilizadas para a violência, como efeito da reiteração e normalização desta mesma violência. Por isso, apenas as demonstrações de grande violência são percecionadas enquanto tal. As pessoas trans estão especialmente vulneráveis aos múltiplos tipos de violência na sua vida diária, por parte da família, em ambientes sociais e por instituições.

Microagressões:

são comportamentos subtis ou indiretos que são depreciativos e/ou hostis para com quem é alvo dos mesmos. Nestas situações as opiniões baseadas em preconceito relativo à orientação sexual, identidade e/ou expressão de género e características sexuais (ex.: a negação de LGBTI+fobia, assunção de doença ou patologia ou anormalidade) revelam-se de forma a fazer com que a pessoa alvo se sinta desconfortável ou insultada por exemplo em situações de troca de género (em que a pessoa é tratada por um género que não é o seu) de questionamento direto e intrusivo (ex.: perguntarem qual é a sua genitália ou como fazem sexo) de forma intencional ou por falta de informação/ignorância. As microagressões têm o potencial de fazer com que as pessoas que são alvo se sintam desadequadas, ansiosas ou mesmo em perigo em situações sociais. Muitas pessoas LGBTI+ passam por microagressões diariamente e mesmo em serviços a que recorram para procurar apoio e ajuda, tais como consultórios médicos ou profissionais de psicologia e psiquiatria. Está comprovado que quanto mais microagressões uma pessoa sofrer, maior será a sua propensão para sintomas de depressão, falta de saúde mental, e um conjunto de outras doenças. Em muitos casos as microagressões passam despercebidas e não são consideradas violentas.

Violência Comunitária:

é manifestada em situações de bullying e assédio, cometidas por pessoas que não têm relação próxima com a vítima em espaços educacionais, na rua, espaços e serviços públicos.

” *‘Eu penso que é perigoso mostrar ser-se diferente em espaços públicos na Croácia, especialmente se for alguém fora do género binário. Um menino com verniz nas unhas, mesmo que vista roupas masculinas, vai ser alvo de assédio verbal ou físico. Ou seja, este ainda é um ambiente de muita ignorância e, apesar de haver casos em que podemos encontrar-nos e relaxar, um casal gay ainda não pode andar de mãos dadas na rua.’* (CROÁCIA, PROFISSIONAL DE INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA)

” *‘Roupa, música, tudo o que possa denunciar a identidade diferente da dominante será “castigado”.’* (HUNGRIA, PROFISSIONAL DO DESPORTO)

Pessoas entrevistadas no âmbito do projeto DaC - Diversidade e Infância também referem **violência institucional**. Na esfera da saúde, as pessoas trans em particular têm maior probabilidade de sofrer violência devido à falta de conhecimento e negação.

” *‘No hospital qualquer pessoa iria olhar duas vezes e reagir na presença de uma pessoa transgénero. O pessoal médico iria falar nas costas da pessoa.’* (LITUÂNIA, PROFISSIONAL DE SAÚDE)

” *‘O maior problema é este sentimento horrível no seu corpo e a noção de que vai demorar muito tempo até que possam fazer alguma coisa e ter uma primeira consulta para começar o processo de redesignação de género. A minha criança automutilava-se e como o nosso sistema de saúde não teve capacidade de encaminhar para uma pessoa especializada tornou-se um problema que durou muito tempo.’* (ESLOVÉNIA, MÃE DE CRIANÇA TRANS)

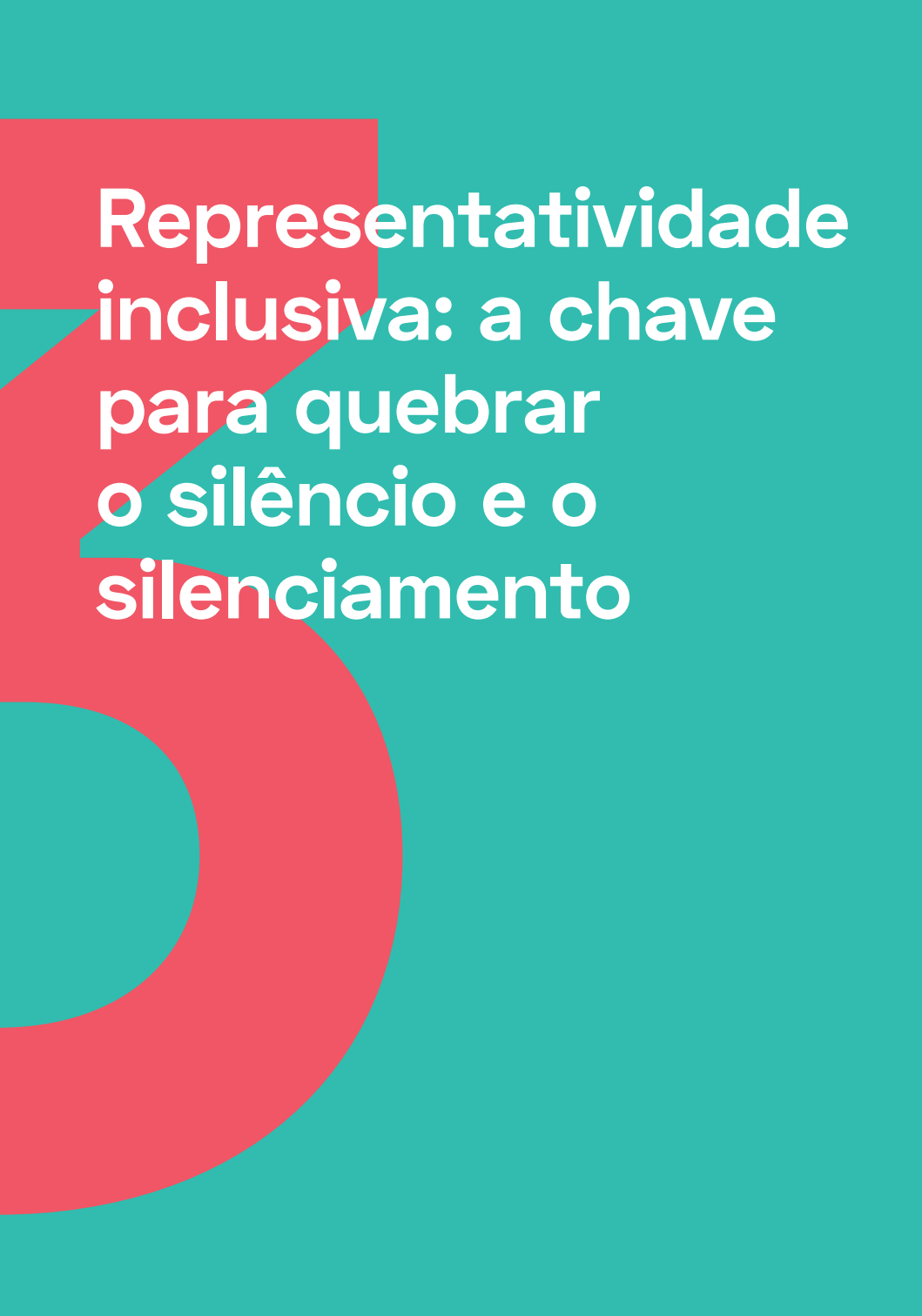
Em relação à violência interpessoal, as/os profissionais participantes no estudo referem a prevalência de violência íntima e/ou em relações amorosas, assim como a violência por parte da família de origem como o medo de ser revelada a sua orientação sexual ou identidade de género sem o seu conhecimento e consentimento.

Existem ainda muitas barreiras à integração social de pessoas LGBTI+, o que requer um trabalho constante e sistemático para que tanto a sociedade civil como os governos e serviços possam garantir a segurança de todas as pessoas LGBTI+, incluindo crianças e jovens.

O próximo capítulo aborda boas práticas contra a violência e o stress causados por microagressões.







Representatividade inclusiva: a chave para quebrar o silêncio e o silenciamento

A primeira barreira a ser ultrapassada para um trabalho eficaz com crianças e jovens LGBTI+ é o silêncio.

Em alguns países do projeto DaC existe um grande silenciamento relativamente a questões LGBTI+ e concretamente em relação a crianças e jovens.¹⁸ No entanto, mesmo em países onde este silenciamento é porventura menor, podemos e devemos fazer um trabalho mais cuidadoso visando a inclusão de crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso em vários contextos sociais e comunitários. Nesse sentido, qualquer que seja a área de trabalho – seja numa instituição de ensino, num hospital ou centro de saúde, numa associação juvenil, jornal, clube desportivo ou numa força de segurança pública, entre outros espaços –, a *checklist* que se segue pode revelar-se útil.

Usa linguagem inclusiva?

O primeiro contacto de famílias e crianças com uma instituição acontece frequentemente através de formulários, seja online ou presencialmente. Os formulários utilizados pela estrutura em que trabalha reconhecem diferentes tipos de famílias? Usam linguagem como “gestante” ou “pessoa adulta responsável”? Estes formulários têm o cuidado de perguntar os nomes pelos quais as pessoas desejam ser tratadas e os pronomes que usam? Existe algum mecanismo de verificação para ter a certeza que a linguagem usada na comunicação é inclusiva? É usada linguagem inclusiva relativamente a crianças, colegas de trabalho, famílias e cuidadores/as quando aborda o tema das famílias?

18 Diversity and Childhood (DaC) - Changing social attitudes towards gender diversity in children across Europe (Comparative Analysis on Violence against LGBTI and Gender Non-Conforming Children), 2020, p 15-16.

Interfere para impedir insultos assim que eles acontecem?

Interrompe insultos, incluindo piadas e linguagem imprópria, incluindo o uso depreciativo do termo “gay”, palavras racistas ou insultos baseados em estereótipos de gênero? É importante praticar uma resposta a dar para quando ouve crianças dizer frases como “Isso é tão gay”, “Isso é coisa de maricas”, “Isso é coisa de menina/gaja” ou “Uma família verdadeira tem de ter um pai e uma mãe”. É importante que, mesmo que na sua formação de base nunca se tenha deparado com estes assuntos, se mantenha a par acerca da melhor forma de proceder nestas situações. Informe-se para aprender como fazer!

As imagens e livros que utiliza encorajam a diversidade?

As publicações ou livros que usa na escola e/ou que lê às crianças refletem as vidas das crianças com que trabalha/encontra? Nos corredores da escola/ salas de aula/ consultório médico/ balneário, mostram imagens de famílias diversas e de pessoas com diferentes expressões de gênero, identidades, níveis de capacidade, raças e etnias? Essas mesmas imagens encorajam respeito por todas as pessoas? As crianças com que trabalha são expostas a modelos diversos e positivos na literatura/desporto/televisão?

O clima da sua instituição/organização é positivo e inclusivo para todas as pessoas?

Se alguém perguntar se todas as famílias e crianças são bem recebidas na organização onde trabalha, a sua resposta seria positiva? Nas instalações da sua instituição encontramos imagens que demonstrem diversidade? São promovidos eventos que reconhecem e celebram a diversidade? As pessoas com que trabalha tratam todas as famílias com respeito, evitam estereótipos e/ou juízos de valor quando comunicam com famílias com duas mães, dois pais, mães ou pais solteiros, de raças diversas ou multilinguísticas? Na sua

instituição, a Direção e demais trabalhadores/as apoiariam uma criança ou jovem no seu direito ao uso de um novo nome e pronome? Acredita que todas as crianças e jovens com quem interage profissionalmente saberiam com quem falar se fossem vítimas de assédio, discriminação ou violência? No espaço onde trabalha estão implementadas estratégias para ensinar crianças e jovens relativamente ao respeito mútuo, empatia, cuidado e o dever de evitar magoar as outras pessoas com palavras ou ações? As crianças e jovens sabem que isso implica não minorizar alguém pelo que é ou pelo que a sua família é? A política anti-violência ou anti-bullying praticada nomeia grupos específicos que são maiores alvos de bullying e violência?

“O facto é que na Grécia um/a professor/a homossexual não revela o/a seu/a sua companheiro/a numa celebração da escola e isso é algo importante que temos de combater, se queremos apoiar e dar apoio à comunidade LGBT+ e fazer com que se sintam mais confortáveis para falar sobre as suas orientações sexuais. Falamos sobre abrir-nos para a diversidade mas, na vida real, por causa da sociedade grega, não podemos representar isso de forma aberta facilmente.”
(GRÉCIA, PROFESSORA)

“Nunca se deve dizer às crianças que não devem usar uma roupa porque as ‘pessoas’ vão olhar para eles e rir deles. Em vez disso, deve-se abrir a conversa. Dizer-lhe “a maior parte das pessoas não vai importar-se, outras vão achar fantástico, outras podem estranhar”. Perguntar à criança como acha que vai reagir se alguém disser alguma coisa má. Nesse momento estás a treinar a resiliência da criança e a apresentar-lhe uma visão do mundo inerentemente diferente.”
(BÉLGICA, PROFESSOR/A DO ENSINO BÁSICO)

É fundamental promover um ambiente inclusivo para crianças e jovens LGBTI+ e de gênero diverso, respeitando a privacidade, a autodeterminação e a autoidentificação:

Use frases inclusivas. Frases que não utilizam a diferenciação por gênero como por exemplo. “Bom dia, malta/crianças/juventude/pessoal”, “Como estamos hoje?”, “Tudo pronto para um novo dia?”, “Espero que toda a gente tenha tido um bom dia”.

Desenvolva mensagens para a igualdade. Mensagens que enfatizam “todas as crianças/pessoas podem... (dançar, cozinhar, usar cabelo curto ou longo, gostar de matemática, pintar, jogar futebol, etc.).

Agrupe as crianças e jovens de formas que não dependem de gênero. Em intervalos de números, pela primeira letra do nome, pelas cores da roupa, etc.

Mostre modelos positivos. Dê exemplos variados de personalidades da História ou celebridades que sejam diferentes da norma ou que representem a desconstrução de ideias estereotipadas. Apresente biografias/histórias de pessoas com diversidade funcional, de raça, gênero, expressão de gênero, etc.

Ajude e ensine as crianças e jovens a ver para além dos estereótipos de gênero. Peça às crianças e jovens para se tornarem detetives por um dia e examinar a cultura, os média, os brinquedos de que gostam e os livros que leem, (etc.), em busca de papéis e estereótipos de gênero. Dê-lhes a possibilidade de discutir sobre o assunto e as ferramentas para que consigam desconstruir preconceitos.

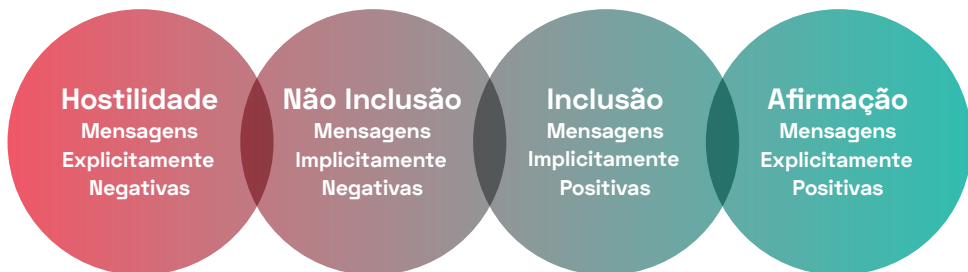
Encontre pessoas que possam ajudar. Muitas vezes em grupos de crianças e/ou jovens há pessoas com maior propensão a ser vítima de bullying ou discriminação homo-, bi- trans- e/ou interfóbica. Procure pessoas que possam ajudar. A quem é que esta criança/jovem poderá dirigir-se em caso de necessidade? Como podemos intervir junto da criança que está a fazer o bullying? Dê ferramentas à criança para saber quais são as suas opções.

Seja você mesmo/a um/a defensor/a. Interrompa toda e qualquer situação de insulto, abuso ou violência. Não seja um/a espetador/a passivo/a. Promova discussões/reflexões conjuntas e torne estes incidentes em momentos de aprendizagem para todas as crianças presentes. Mantenha uma comunicação que seja explicitamente inclusiva e totalmente intolerante a todas as formas de assédio, insulto e violência física. Reforce situações de suporte e apoio à diferença.

Garanta um ambiente seguro para todas as crianças. Tenha em atenção se as crianças e jovens se sentem seguras dentro e fora da instituição em que trabalha.

Seja um modelo a seguir. Em palavras, gestos e atitudes. Quando possível, dê exemplos de como você ou pessoas que conhece gostam de fazer coisas fora dos estereótipos de género ou outros.

” *‘A educação no geral deveria ser a porta de esclarecimento, a porta da diversidade. Se a escola é a micro-sociedade, então tem de ser a escola. Se nós dizemos ‘Ah, passam mais tempo na escola do que em casa’, então tem de ser a escola. Estas coisas têm de ficar muito claras na escola. E os alunos e alunas devem sentir que a pessoa adulta na sala de aula é a primeira a defender a igualdade. Caso contrário, fica a porta aberta para abusos.’* (PORTUGAL, PROFESSORA PRIMÁRIA)



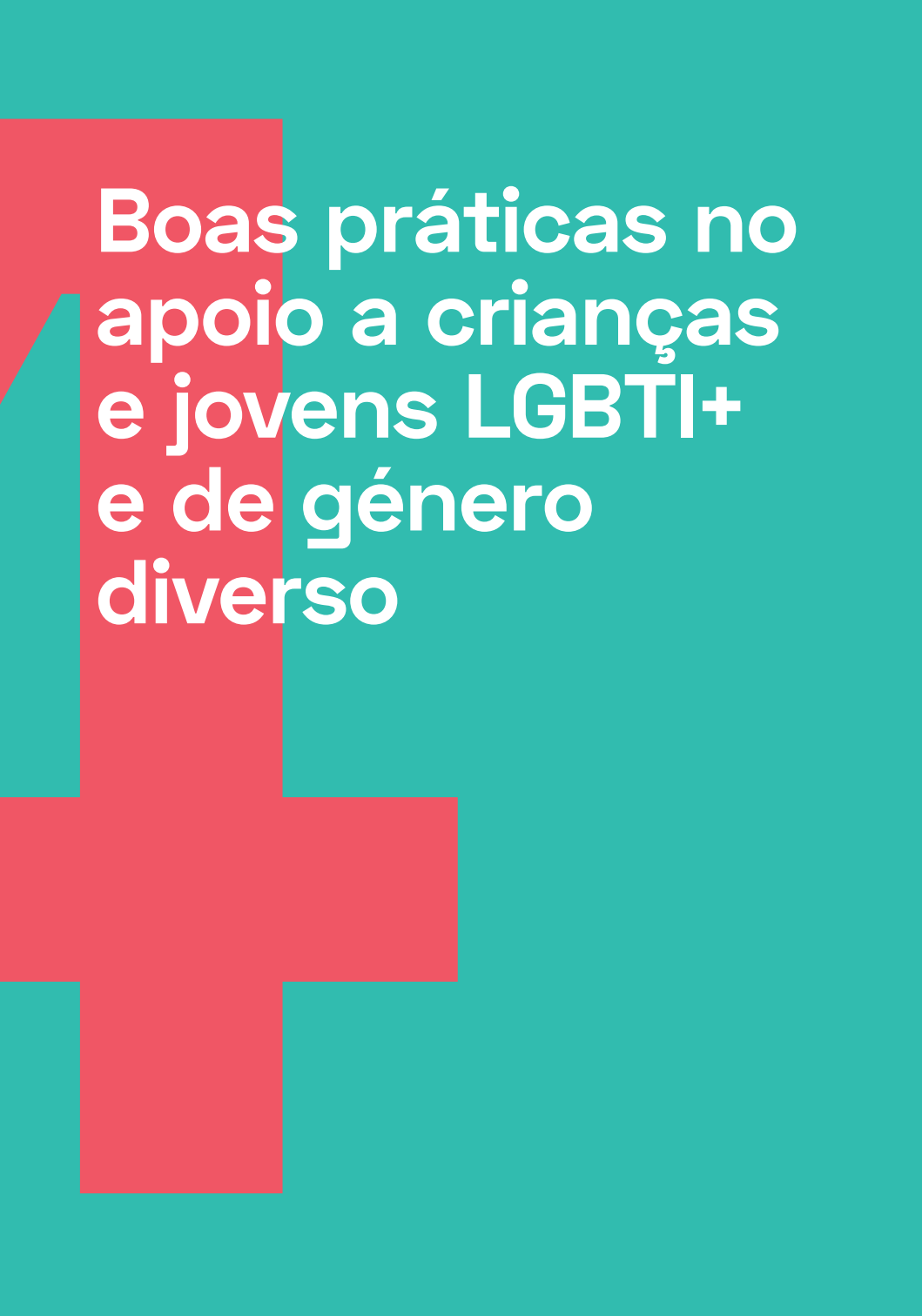
**Repetir e Reforçar
Estereótipos
de Género**

**Desconstruir
Estereótipos e
Normas de Género**

Apoie sempre crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso. Como?

- usando linguagem inclusiva;
- criando ambientes de afirmação em que a diferença é celebrada de modo criar um ambiente seguro para todas as crianças, incluindo crianças LGBTI+ e de género diverso;
- promovendo a representação da diversidade em histórias, livros, e em todos os espaços;
- reforçando tolerância zero com situações de discriminação, discursos de ódio e violência com qualquer pessoa baseada na sua orientação sexual, identidade ou expressão de género e/ou características sexuais.



A large, stylized red cross is positioned on the left side of the page, extending from the top to the bottom. The background is a solid teal color. The text is white and positioned to the right of the cross.

Boas práticas no apoio a crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso

De acordo com dados do Inquérito LGBTI Europeu de 2020 da Agência Europeia para os Direitos Fundamentais (FRA), 65% das/os estudantes da UE ouviram comentários ou testemunharam condutas negativas porque a outra pessoa era percebida como LGBTI (sendo que esta percentagem é ainda superior em alguns países da União Europeia), e em vários países 1 em cada 5 estudantes consideraram mudar de escola por serem LGBTI.¹⁹

Estudos conduzidos com estudantes LGBTI+ em vários países demonstram que a frequência e gravidade de atos **violentos estão correlacionadas com a média das notas: violência mais severa tem uma correlação direta com desempenho acadêmico inferior em estudantes LGBTI+.**

Estudantes que experienciam violência e/ou discriminação na escola podem também sentir-se excluídas/os ou afastadas/os da restante comunidade escolar. Estudantes LGBTI+ que referem uma maior frequência de violência relacionada com a sua orientação sexual, expressão de género ou características sexuais sentem também níveis mais baixos de autoestima e amor próprio.

Por outro lado, a presença de professoras/es e outros profissionais sensibilizadas/os para estes temas, assim como a inclusão de informação positiva e afirmativa relativa a pessoas e a comunidade LGBTI+ no currículo tem uma relação direta com o bem-estar destas/es estudantes. Ambientes em que crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso se sentem em segurança e apoiadas/os estudam melhor e têm melhores resultados académicos. Investigação feita em diversos países revela que as/os estudantes LGBTI+ que tiveram acesso a informação positiva sobre história, eventos e pessoas LGBTI+ têm mais probabilidade de relatar uma maior aceitação por parte de toda a comunidade escolar em relação às diferenças de orientação sexual, identidade e expressão de género; desenvolvem um maior sentimento de pertença à comunidade escolar e menos probabilidade de faltar às aulas por sentimentos de insegurança. Estudantes LGBTI+ e de género diverso que frequentam escolas com políticas explícitas sobre bullying e assédio referem mais situações em que professoras/es e outros profissionais da comunidade escolar se posicionam e intervêm em situações de homofobia ou transfobia, e reportam ser mais provável denunciarem situações de assédio e violência com base nestes preconceitos e discriminações.

Prestar atenção a situações de bullying, dar apoio, prevenir e responder a insultos, piadas e assédio, por um lado, e assegurar a representatividade positiva e o uso de linguagem e imagens inclusivas, por outro, têm um impacto de valor acrescentado na vida de todos/as. O nosso objetivo no projeto Diversidade e Infância é capacitar quem trabalha diretamente com crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso a responder adequadamente às necessidades desta população, assim como dotar de ferramentas para ambientes inclusivos e seguros onde todas as crianças, jovens e suas famílias possam existir e prosperar.

O apoio por parte de pares, famílias, profissionais e comunidades várias fortalece significativamente crianças e jovens LGBTI+ e género diverso, ao mesmo tempo que protege esta população de riscos e contribui para o seu bem-estar.

As/os profissionais que trabalham com pessoas LGBTI+ precisam envolver-se proactivamente na promoção de espaços seguros e inclusivos para todas/os, independentemente das orientações sexuais, expressões e identidades de género, e características sexuais. **Quem trabalha com crianças e jovens tem uma responsabilidade acrescida, uma vez que pode ter um impacto direto e muito específico no bem-estar de qualquer comunidade e da sociedade em geral.**

A próxima secção contém um conjunto de indicações acerca de como **trabalhar com indivíduos**, mas também de como fomentar melhores **políticas institucionais**.

4.1 Princípios base para profissionais que trabalham com crianças e jovens LGBTI+ e de género diverso

- Respeitar a **autoidentificação e diversidade corporal**. A orientação sexual, expressão e identidade de género e/ou características sexuais não devem ser assumidas com base na aparência ou na perceção. Tentativas de questionamento ou mudança de orientação sexual, expressão e identidade de género e/ou características sexuais, são inaceitáveis seja em que circunstância for e constituem uma violação direta de direitos humanos.
- Reconhecer que orientação sexual, expressão de género, identidade de género e características sexuais são coisas distintas e não correspondem necessariamente entre si, e daí ser necessário **perceber as diferenças entre elas**.

- Compreender que o **gênero é uma construção não-binária que inclui uma variedade de identidades** e, por isso, a identidade de gênero pode também ser não binária, e que a identidade de gênero pode não corresponder ao sexo que foi atribuído à nascença. Ao trabalhar com pessoas LGBTI+ deve ter-se em conta o **uso de nomes e pronomes que as pessoas querem usar**, sendo errado o uso de outros nomes mesmo que estejam nos seus documentos oficiais como cartão de cidadão ou bilhete de identidade.
- **Expressões e identidades de gênero fluido ou o questionamento/exploração de orientações sexuais não devem ser vistas por profissionais como transtorno ou psicopatologia.**
Disforia de gênero é quando alguém experiencia muita angústia e/ou problemas funcionais associadas a um conflito entre a forma como se pensam e sentem e o gênero que lhes foi assignado. Não é uma doença mental e não deve ser considerada uma experiência comum para todas as pessoas trans.
- Em nenhuma circunstância se deve recomendar tratamento psicológico, psiquiátrico e ou intervenção médica sem o consentimento das crianças e jovens. **Não recomendar que crianças e adolescentes trans e / ou intersexo sejam submetidos/as a procedimentos médicos não consensuais que podem ser adiados até que a pessoa intersexo possa decidir por si mesma e dar o consentimento informado.** Apenas as intervenções necessárias para salvar a vida do recém-nascido, criança ou adolescente constituem aqui uma exceção.
- Reconhecer as formas como **estigma, preconceito, discriminação e violência afetam a saúde e bem-estar** de crianças e jovens LGBTI+ e gênero diverso, assim como os **efeitos nestas pessoas da opressão institucional sistêmica** como a legislação discriminatória.

- Criar **ambientes favoráveis e afirmativos** para pessoas LGBTI+ e de gênero diverso.
- Reconhecer e respeitar/dar **legitimidade as relações entre pessoas LGBTI+ como iguais às heterossexuais** independentemente do reconhecimento legal.
- Reconhecer os **desafios relacionados com normas, valores e crenças múltiplas** e muitas vezes conflituais com que se deparam crianças e jovens LGBTI+ que podem também pertencer a minorias étnicas ou raciais, ou a outras comunidades.
- Aumentar o conhecimento e entendimento sobre orientações sexuais e identidades de gênero através de **formação contínua, supervisão e consultoria**.
- Reconhecer que, mesmo que pessoas LGBTI+ possam partilhar algumas vivências e experiências, **cada pessoa é uma pessoa, com diferentes percursos e necessidades**. É crucial o reconhecimento destas diferenças e das formas diversas como cada pessoa pode experienciar discriminação e estigma. Cada pessoa e identidade ou experiência representada na sigla LGBTI+ (assim como outras identidades de experiências que não se encontram na sigla, como por exemplo, assexual, queer, não binário, etc.) é única e comporta necessidades e realidades específicas.
- Reconhecer e **tomar consciência da existência de estereótipos internalizados**, e comprometer-se a **criar uma atmosfera de segurança e confiança** como base para uma prática afirmativa e positiva.

”

‘Algo que vejo como uma evolução positiva é que os/as clínicos/as gerais estão cada vez mais a organizar-se em práticas de equipa. Assim obtemos uma abordagem mais interdisciplinar. A médica de família trabalha com a psicóloga, que trabalha com a assistente social... Isto aumenta a o conhecimento e facilita o encaminhamento. Não se pode esperar que o/a médico/a de família saiba tudo.’ (BÉLGICA, INVESTIGADOR/A UNIVERSITÁRIO/A)

4.2 Prevenção

Estratégias de prevenção efetiva e apropriada só podem ser construídas depois de identificados os fatores de risco para a população LGBTI+ nos diferentes contextos, assim como as especificidades de cada grupo-alvo para a prevenção. Alguns dos grupo-alvo para iniciativas de prevenção são:

1. Possíveis abusadores;
2. Pessoas afetadas por violência anti-LGBTI+ ou da ideologia de género;
3. Pessoas envolvidas com a identificação e cuidado de quem é afetado.

Fatores que podem fortalecer estratégias de prevenção incluem aumentar o apoio a famílias e comunidades, e criar ou melhorar a monitorização e recolha de dados de incidentes de discriminação e violência contra pessoas LGBTI+.

Sendo que a violência contra pessoas LGBTI+ tem as suas raízes em ideais e normas sexuais, de género e corporais, duas das formas mais usadas para a promoção da prevenção são:

- O reforço do sistema jurídico de forma a capacitar, proteger e desestigmatizar pessoas e comunidades LGBTI+, incluindo crianças e jovens, através por exemplo, da criação de leis e políticas para o combate ao bullying LGBTI+ fóbico, da criação de códigos de ética para profissionais de todas as áreas que trabalhem com crianças, entre outras.


- O esforço na mudança de normas socioculturais que têm na sua base heterossexismo e cissexismo, aumentando o conhecimento sobre homo-bi-transfobia e interfobia em vários grupos sociais e serviços.

Todas as pessoas que trabalham com crianças ou que representam os seus interesses podem dar passos para fomentar uma sociedade na qual crianças e jovens sejam respeitadas, independentemente da sua orientação sexual, identidade ou expressão de género e/ou características sexuais.





O que podemos
começar a fazer
ainda hoje?



5.1. Medidas afirmativas e de apoio

1. Garantir um **ambiente inclusivo e seguro** e apoiar crianças que são ou foram vítimas de violência (incluindo violência com base na orientação sexual, expressão/identidade de gênero e características sexuais).
2. Aceitar e **implementar políticas (ou integrar nas políticas existentes) contra discriminação e bullying** na sua instituição, incluindo *bullying* e violência com base na orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero.
3. Abordar o tema da orientação sexual, expressão/identidade de gênero e características sexuais em **livros, programas e currículos escolares**, e garantir que todos estes têm como objetivo a inclusão e respeito pelas pessoas LGBTI+.
4. Promover **relatórios detalhados de incidentes** de *bullying*/discriminação ou violência. Os formulários usados devem conter a hora do incidente, se aconteceu uma vez ou repetidamente, o local, o tipo, a característica que precisa de proteção em caso de *bullying* motivado por preconceito, a fonte de onde veio a informação sobre o incidente e as medidas tomadas para resolver o problema. Estes relatórios devem ser usados para a monitorização sistemática e regular das situações desta natureza que ocorrem na organização/instituição.
5. Integrar as **questões da violência homofóbica, bifóbica e transfóbica em todos os programas** que visam eliminar a violência e promover a segurança nas instituições.
6. Rever todos os **formulários** usados pela instituição/organização para **incluir opções para além do gênero binário** para crianças, jovens e famílias.

7. Garantir que os/as jovens trans possam **viver e expressar o seu género e participar de todas as atividades de acordo com a sua identidade de género**, incluindo o uso de seu nome e pronome, e a aplicação flexível de regras relativas à roupa/ uniforme, se aplicável.
8. Assegurar que crianças e trabalhadores/as transgénero possam usar **balneários e casas de banho** de acordo com sua **identidade de género autodeterminada**.
9. Apoiar e promover a criação de **grupos organizados por jovens LGBTI+** e pessoas aliadas.
10. Apoiar e promover a participação (ex.: professoras/es, psicóloga/o escolar, assistentes sociais, profissionais de saúde, prestadores de serviços de apoio a vítimas) em **programas de sensibilização ou de formação acreditada** em relação à situação social de pessoas LGBTI+, os problemas e necessidades específicas de crianças e jovens LGBTI+.
11. Convidar **especialistas** e promover encontros de **formação e sensibilização** com organizações pelos direitos de pessoas LGBTI+ e outras organizações de direitos humanos relacionados com orientação sexual, expressão / identidade de género e características sexuais para trabalhadores/as, crianças e jovens.
12. Conduzir **estudos regulares**, anónimos, auscultando crianças sobre a prevalência de *bullying* e violência no seu trabalho, incluindo as necessidades das crianças e jovens.

5.2. Todas as pessoas a trabalhar com crianças e jovens podem e devem...

1. Ter em atenção o seu desenvolvimento profissional e participar de formação contínua sobre questões de género, diversidade de género e o combate a *bullying* anti-LGBTI+.
2. Incluir crianças, jovens e pais LGBTI+ em todo o seu trabalho e sempre que represente jovens e famílias. É importante lembrar que, mesmo que não tenha conhecimento, as pessoas LGBTI+ estão presentes em todo e qualquer contexto.
3. Praticar a intervenção para situações em que clientes, pacientes, estudantes, funcionários/as ou qualquer outra pessoa esteja a limitar, provocar e/ou intimidar alguém com base em estereótipos de género, orientação sexual e identidade de género.
4. Respeitar o nome e os pronomes das pessoas que recorrem aos serviços, dos/as estudantes, suas famílias e qualquer pessoa com que se depare.
5. Demonstrar que todas as pessoas têm a possibilidade de respeitar a dignidade humana das pessoas LGBTI+ através da escolha de palavras, assim como pelo reconhecimento e não julgamento da existência das pessoas LGBTI+.
6. Apoiar proativamente ações contra o bullying motivado por preconceitos, incluindo o desenvolvimento e implementação de políticas e programas de prevenção.
7. Enquanto membros pertencentes a sindicatos profissionais, sugerir e apoiar que se dê mais atenção estas questões, promovendo formação, encontros e debates.

8. Ao testemunhar ou ter informação de piadas, abuso verbal ou agressão física, ou se alguém falar sobre questões LGBTI+ e pessoas de género diverso de uma forma depreciativa, inicie **discussões sobre o assunto em cooperação com outros/as profissionais** que trabalham com crianças e jovens. Utilize os recursos disponíveis e contacte organizações ou associações LGBTI+.

9. Em contextos educacionais, **reformular as políticas do que é adequado à comunidade escolar utilizar vestido, sem atribuir a géneros específicos às escolhas de indumentária**. Por exemplo, para uma celebração, pode instituir que se use branco na parte superior e escuro ou preto na parte inferior. Certifique-se de que **todas as pessoas são bem-vindas e seguras** para usar a roupa, os penteados e acessórios que refletem seu género.





The background is a solid teal color. On the left side, there are two large, overlapping red shapes. The top one is a semi-circle-like shape that is partially cut off by the top edge. The bottom one is a larger, more complex shape that also appears to be partially cut off by the left and bottom edges. The text is positioned in the upper left quadrant, overlapping the top red shape.

Recursos e organizações

rede ex aequo:

- Brochura: Sermos nós próprios: brochura informativa da rede ex aequo para jovens lésbicas, gays, bissexuais, transgéneros ou com dúvidas. Disponível aqui: <HTTPS://WWW.REA.PT/IMGS/UPLOADS/DOC-BROCHURA-SNP.PDF>
- Brochura: Perguntas e Respostas sobre Orientação Sexual e Identidade de Género. Disponível aqui: <HTTPS://WWW.REA.PT/IMGS/UPLOADS/DOC-PE-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS.PDF>
- Guia: Educar para a Diversidade: Guia para Professores sobre Orientação Sexual e Identidade de Género. Disponível aqui: <HTTPS://WWW.REA.PT/IMGS/UPLOADS/DOC-PE-GUIA-PROFESSORES.PDF>

AMPLOS - Associação de mães e pais pela liberdade de orientação e diversidade de género:

- Guia para Famílias de Crianças com Papéis e comportamentos de Género Diverso: <HTTPS://WWW.ACEGIS.COM/2019/10/AMPLOS-GUIAS-QUESTOES-DE-GENERO/>
- Guia para Profissionais de Educação sobre Diversidade de Expressões de Género na Infância: <HTTPS://WWW.ACEGIS.COM/2019/10/AMPLOS-GUIAS-QUESTOES-DE-GENERO/>

CASA QUI:

- Rede: Conhecer para Proteger: Boas Práticas de Apoio a Crianças e Jovens LGBTI. Disponível em: <HTTPS://FORMS.OFFICE.COM/PAGES/RESPONSEPAGE.ASPX?ID=GV7E8M41BUMDHPWTNXJS47RA00UEZPFEGMMBBYUZ8S1UN1MXQVI5SUPUQZBOU UXXV1LUQVNRV0K4NC4U>

ILGA PORTUGAL:

- Manual - Saúde em Igualdade: pelo acesso a cuidados de saúde adequados e competentes para pessoas lésbicas, gays, bissexuais e trans: <HTTPS://ILGA-PORTUGAL.PT/FICHEIROS/PDFS/IGUALDADENASAUDE.PDF>
- Manual - SAFE TO BE: By Speak Out Project - Guia para workshops para forças de segurança sobre crimes de ódio anti-LGBT: HTTPS://SAFETOBE.EU/PT/WP-CONTENT/UPLOADS/SITES/9/2020/10/SAFE-TO-BE-TOOLKIT_PORTUGAL.PDF

Associação Plano i:

- Plano B - Programa de Prevenção de Bullying: Manual de Intervenção para profissionais. Disponível: <HTTPS://WWW.ASSOCIACAOPLANOI.ORG/PLANO-B/>
- Violência(s), (des)Igualdades e Diversidade(s): Guião de Boas Práticas. Disponível aqui: HTTPS://WWW.CIG.GOV.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2021/03/UNIGUALDADE-III-GUIAO-DE-BOAS-PRATICAS_SITE.PDF

It Gets Better Portugal:

- Ebook - Come to the Rainbow School: <HTTPS://ITGETSBETTER.PT/UPLOADS/WIDGETS/165/202011022054455FA072150E6D9.PDF?V9>

CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género:

- Manual - GUIA ADIM LGBTI: Inclusão da diversidade sexual e identidade de género em empresas e organizações: <HTTPS://EPRINTS.UCM.ES/ID/EPRINT/59901/1/200503%20-%20GU%C3%ADA%20ADIM%20-%20PT%20.PDF>
- Manual - Violência Doméstica: boas práticas no apoio a vítimas LGBT: guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio à vítima: HTTPS://WWW.CIG.GOV.PT/WP-CONTENT/UPLOADS/2017/03/VIOLENCIA-DOMESTICA_BOAS-PR%C3%A1TICAS-NO-APOIO-A-V%C3%ADTICAS-LGBT-GUIA-PARA-PROFISSIONAIS-DE-ESTRUTURAS-DE-APOIO-A-V%C3%ADTICAS.PDF

- Guia de recursos na área da Violência Doméstica:

[HTTP://WWW.GUIADERECURSOSVD.CIG.GOV.PT/#/](http://www.guiaderesursosvd.cig.gov.pt/#/)

APAV - Associação de Apoio à Vítima:

- Guia para famílias: Sensibilizar e Educar para a Igualdade de Género:

[HTTPS://APAIV.PT/PUBLIPROJ/IMAGES/YOOTHHEME/PDF/GUIA_FAMILIAS_SENSIBILIZAR_EDUCAR_IGUALDADE_GENERO.PDF](https://apaiv.pt/publiproj/images/yootheme/pdf/guia_familias_sensibilizar_educar_igualdade_genero.pdf)

- Manual: Ódio Nunca Mais: Apoio a Vítimas de Crimes de Ódio. Disponível aqui:

[HTTPS://APAIV.PT/PUBLIPROJ/IMAGES/YOOTHHEME/PDF/HATE_NO_MORE_PROCEEDURES_HANDBOOK_PT.PDF](https://apaiv.pt/publiproj/images/yootheme/pdf/hate_no_more_procedures_handbook_pt.pdf)

Organizações LGBTI+:

- Amplos - [HTTP://WWW.AMPLOS.PT](http://www.amplos.pt)
- API – Acção Pela Identidade - [HTTPS://APIIDENTIDADE.WORDPRESS.COM](https://apidentidade.wordpress.com)
- Associação Plano I - [HTTPS://WWW.ASSOCIACAOPLANOI.ORG](https://www.associacaoplanoi.org)
- Casa Qui - [HTTPS://WWW.CASA-QUI.PT](https://www.casa-qui.pt)
- Clube Safo - [HTTPS://CLUBESAFO.PT](https://clubesafo.pt)
- IGLYO - [HTTPS://WWW.IGLYO.COM](https://www.iglyo.com)
- ILGA Portugal - [HTTPS://WWW.ILGA-PORTUGAL.PT](https://www.ilga-portugal.pt)
- LGBTI Leiria - [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/MOVIMENTO.LGBTI.LEIRIA](https://www.facebook.com/movimento.lgbti.leiria)
- LGBTI Viseu - [HTTPS://LGBTIVISEU.WIXSITE.COM/LGBTNEWS](https://lgbtiviseu.wixsite.com/lgbtnews)
- PATH - Plataforma Anti Transfobia e Homofobia de Coimbra - [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/PATHMARCHACOIMBRA](https://www.facebook.com/pathmarchacoimbra)
- rede ex aequo - [HTTPS://WWW.REA.PT](https://www.rea.pt)
- TransMissão - [HTTP://TRANSMISSAO.PT/WP](http://transmissao.pt/wp)

Canais de informação:


- Dezanove - [HTTPS://DEZANOVE.PT](https://dezanove.pt)
- PortugalGay.PT - [HTTPS://PORTUGALGAY.PT](https://portugalgay.pt)
- Caleidoscópio LGBT - [HTTPS://WWW.FACEBOOK.COM/CALEIDOSCOPIOLGBT](https://www.facebook.com/caleidoscopiolgbt)

Outras Organizações:

- Associação para o Planeamento Familiar APF- [HTTP://WWW.APF.PT](http://www.apf.pt)
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. [HTTPS://WWW.APAV.PT](https://www.apav.pt)
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género - [WWW.CIG.GOV.PT](http://www.cig.gov.pt)
- UMAR: [HTTP://WWW.UMARFEMINISMOS.ORG](http://www.umarfeminismos.org)







Referências bibliográficas

Casa Qui. 2014. Diagnóstico de Experiências, Competências e Respostas na Intervenção Institucional com Jovens LGBT em Situação de Violência Familiar e/ou Expulsão de Casa. Disponível em: HTTPS://WWW.CASA-QUI.PT/IMAGES/DOCS/RELATORIO_CASA_QUI_PRIMEIROSPASSOS.PDF.

Diversity and Childhood (DaC), 2020. Changing social attitudes towards gender diversity in children across Europe (Comparative Analysis on Violence against LGBTI and Gender Non-Conforming Children) (relatório). Disponível em: <HTTPS://WWW.DIVERSITYANDCHILDHOOD.EU/OUTPUTS-AND-PUBLICATIONS>.

Diversity and Childhood (DaC), 2020. Changing social attitudes towards gender diversity in children across Europe (National Analysis on Violence against LGBTI and Gender Non-Conforming Children- Portugal) (relatório). Disponível em: <HTTPS://WWW.DIVERSITYANDCHILDHOOD.EU/OUTPUTS-AND-PUBLICATIONS>.

FRA. 2020. *European Union lesbian, gay, bisexual and transgender survey*, Luxembourg: EU. Disponível em: <HTTPS://FRA.EUROPA.EU/EN/PUBLICATION/2020/EU-LGBTI-SURVEY-RESULTS>.

Gato, Jorge. 2014. *Homoparentalidades: Perspetivas Psicológicas*. Coimbra: Almedina.

Gato, Jorge; Leal, Daniela; Moleiro, Carla; Fernandes, Telmo; Nunes, Diogo; Marinho, Inês; Pizmony-Levy, Oren; Freeman, Cody. 2020. “The worst part was coming back home and feeling like crying”: experiences of lesbian, gay, bisexual and trans students in Portuguese schools”, *Frontiers in Psychology*, 10: 2936. DOI: <HTTPS://DOI.ORG/10.3389/FPSYG.2019.02936>.

FEANTSA. 2017. *Homeless in Europe: LGBTQI Homelessness*. Disponível em: HTTPS://WWW.FEANTSA.ORG/DOWNLOAD/FEA-008-17-MAGAZINE_V33480239002912617830.PDF.

ILGA Europe and OII Europe, 2015. *Standing up for the rights of intersex people: how can you help*. Disponível em: [HTTPS://WWW.ILGA-EUROPE.ORG/SITES/DEFAULT/FILES/HOW_TO_BE_A_GREAT_INTERSEX_ALLY_A_TOOLKIT_FOR_NGOS_AND_DECISION_MAKERS_DECEMBER_2015_UPDATED.PDF](https://www.ilga-europe.org/sites/default/files/how_to_be_a_great_intersex_ally_a_toolkit_for_ngos_and_decision_makers_december_2015_updated.pdf).

ILGA Europe. 2021. *ANNUAL REVIEW: of the Human Rights situation of Lesbian, Gay, Bisexual, Trans and Intersex People in Europe and Central Asia*. Brussels: ILGA Europe. Disponível em: [HTTPS://RAINBOW-EUROPE.ORG/SITES/DEFAULT/FILES/ANNUAL-REPORT/ANNUAL-REVIEW-FULL-2021.PDF](https://rainbow-europe.org/sites/default/files/annual-report/annual-review-full-2021.pdf).

ILGA Portugal. 2017. *Estudo Nacional sobre o Ambiente Escolar: Jovens LGBTI+ 2016/2017*. Lisboa: ILGA Portugal. Disponível em: [HTTPS://ILGA-PORTUGAL.PT/FICHEIROS/PDFS/ILGA_ENAE_2016-2017.PDF](https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/ilga_ena_2016-2017.pdf).

ILGA Portugal. 2019. *Relatório Anual: Discriminação contra pessoas LGBTI+*. Lisboa: ILGA Portugal. Disponível em: [HTTPS://ILGA-PORTUGAL.PT/FICHEIROS/PDFS/OBSERVATORIO/ILGA_RELATORIO_DISCRIMINACAO_2019.PDF](https://ilga-portugal.pt/ficheiros/pdfs/observatorio/ilga_relatorio_discriminacao_2019.pdf).

Ministério da Saúde Português. 2019. *Estratégias de Saúde Para as pessoas lésbicas, gays, bissexuais, trans e intersexo, vol 1: Promoção da saúde das pessoas trans e intersexo*. Disponível em: [HTTPS://WWW.DGS.PT/DOCUMENTOS-E-PUBLICACOES/ESTRATEGIA-DE-SAUDE-PARA-AS-PESSOAS-LESBICAS-GAYS-BISSEXUAIS-TRANS-E-INTERSEXO-LGBTI-PDF.ASPX](https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/estrategia-de-saude-para-as- pessoas-lesbicas-gays-bissexuais-trans-e-intersexo-lgbti-pdf.aspx).

Moleiro Carla & Pinto Nuno. 2015. *Sexual orientation and gender identity: review of concepts, controversies and their relation to psychopathology classification systems*. *Frontiers in Psychology*, 6: 1511. Disponível em: [HTTPS://WWW.FRONTIERSIN.ORG/ARTICLES/10.3389/FPSYG.2015.01511/FULL](https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2015.01511/full).

Nogueira, C., Oliveira J.M., (coord). 2010. *Estudo sobre a discriminação em função da Orientação Sexual e da Identidade de Género*. GIG, Lisboa. Disponível em: [HTTP://BIBLIOTECA.SERMAIS.PT:8008/BIBLIONET/UPLOAD/PDF2/0892_ESTUDO_ORIENTACAOSSEXUAL_IDENTID.PDF](http://biblioteca.sermais.pt:8008/billionet/upload/pdf2/0892_estudo_orientacaosexual_identid.pdf).

OECD. 2020. *Over the Rainbow? The Road to LGBTI Inclusion*. Paris: OECD Publishing. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.1787/8D2FD1A8-EN](https://doi.org/10.1787/8d2fd1a8-en).

Ordem dos Psicólogos Portugueses. 2020. Linhas de Orientação para a prática profissional OPP: Linhas de Orientação para a prática profissional no âmbito da intervenção psicológica com pessoas LGBTQ. Disponível em: [HTTPS://WWW.ORMEDOSPSICOLOGOS.PT/FICHEIROS/DOCUMENTOS/LINHASORIENTACAO_LGBTQ.PDF](https://www.ordemdospsicologos.pt/ficheiros/documentos/linhasorientacao_lgbtq.pdf).

Pinto, Nuno, & Moleiro, Carla. 2012. As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: perspetivas de profissionais de saúde e utentes. *Psicologia*, 26(1), 129-151. Recuperado em 8 de janeiro de 2021, de [HTTP://WWW.SCIELO.MEC.PT/SCIELO.PHP?SCRIPT=SCI_ARTTEXT&PID=S0874-20492012000100008&LNG=PT&TLNG=PT](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492012000100008&lng=pt&tlng=pt).

rede ex aequo. 2020. *Relatório do Projeto de Educação 2019*. Lisboa: rede ex aequo. Disponível em: [HTTPS://WWW.REA.PT/RELATORIOPROJETOEDUCACAO/](https://www.rea.pt/relatorioprojetoeducacao/).

Saleiro, Sandra. 2017. "Diversidade de género na infância e na educação: contributos para uma escola sensível ao (trans)género", *Revista ex aequo*, 36, 149-165. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.22355/EXAEQUO.2017.36.09](https://doi.org/10.22355/exaequo.2017.36.09).

Santos, Ana Cristina. 2018. "Luta LGBTQ em Portugal: Duas décadas de histórias, memórias e resistências", *Revista TransVersos*, 14, 36-51. [HTTPS://ESTUDOGERAL.SIB.UC.PT/HANDLE/10316/84356](https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/84356).

Santos, Ana Cristina. 2020. "From villain to hero: trans men and non-binary persons as care providers in Southern Europe", *International Journal of Care and Caring*. DOI: [HTTPS://DOI.ORG/10.1332/239788220X16051223899742](https://doi.org/10.1332/239788220X16051223899742).

Santos, Ana Lúcia. 2014. "Beyond Binarism? Intersex as an Epistemological and Political Challenge", *RCCS Annual Review*, 6, 123-140. [HTTPS://JOURNALS.OPENEDITION.ORG/RCCSAR/558](https://journals.openedition.org/rccsar/558) .

TGEU. 2020. *Trans Rights in Europe and Central Asia*. Brussels: TGEU. Disponível em: [HTTPS://TGEU.ORG/TRANS-RIGHTS-EUROPE-CENTRAL-ASIA-INDEX-MAPS-2020/](https://tgeu.org/trans-rights-europe-central-asia-index-maps-2020/) .

UNESCO. 2016. *Out In the Open: Education sector responses to violence based on sexual orientation and gender identity/expression*. Disponível em: [HTTPS://UNESDOC.UNESCO.ORG/ARK:/48223/PF0000244652_POR](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000244652_por).





Diversity *and* Childhood

